



Carta aberta aos Grupos Parlamentares

Pela Dignidade do Serviço Público de Saúde

A União dos Sindicatos de Viseu / CGTP-IN, através dos seus sindicatos que representam os trabalhadores da saúde, nomeadamente, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Centro, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro e ainda o Movimento de Utentes dos Serviços Públicos de Saúde. Através da Comissão de Utentes de Serviços Públicos de Saúde do Distrito de Viseu, reafirmam a importância do Serviço Nacional de Saúde para as populações, como instrumento justo e igual na resolução de muitos dos seus problemas.

Tendo surgido no rescaldo da revolução de abril, dispôs-se como rede pública prestadora de cuidados de saúde, com o intuito de prestar, de acesso gratuito e universal, os cuidados globais de saúde a toda a população, conseguindo reduzir substancialmente a taxa de mortalidade infantil e materna, aumentar a esperança de vida e sua qualidade e, pelo sucesso das campanhas de vacinação, diminuir o impacto das doenças transmissíveis.

Hoje o serviço nacional de saúde depara-se com desafios ainda mais exigentes. A prestação de cuidados de saúde tem de dar resposta, de forma insubstituível, a problemas de saúde emergentes, que decorrem das alterações sociais, económicas e climáticas. Tomemos como exemplo o crescente envelhecimento da população, o aumento dos ritmos de trabalhos, a desregulação dos horários de trabalho, o aumento do conhecimento científico, o surgimento de novas e complexas patologias, o aumento da incapacidade e da patologia mental.

Isto significa que um depauperado SNS tem de encontrar permanentemente novas respostas aos problemas, no desiderato da melhoria da qualidade e da redução das desigualdades.

O foco deste serviço público deixou de ser apenas a doença e a resposta passou a ser multidisciplinar e multifocal e engloba diversas perspectivas, visões e sensibilidades científicas.



Exmos Senhores Deputados

É um dever estatuído desta associação sindical, dos seus dirigentes e dos sócios, a assunção da defesa deste serviço público. Sob esta égide, sancionamos com claro repúdio, as opções políticas que têm sido tomadas: o subfinanciamento crónico e desinvestimento no SNS, a carência e precarização de profissionais, a diminuição da resposta às necessidades das populações, cujos encerramentos de serviços são a face mais gritantemente visível.

Não conseguimos compreender, e sobretudo aceitar, que no respeito pelo constitucionalmente exigido se não reforce o SNS, rompendo com estes problemas estruturantes que o asfixiam.

O processo de reestruturação da rede de urgências e encerramento dos serviços de atendimento permanente (SAP), é um arquétipo. Nos anos que precederam o seu encerramento, e pese as reiteradas denúncias públicas desta estrutura sindical, observou-se um desinvestimento inaceitável nestes serviços. Simultaneamente e numa dinâmica que se repete atualmente pérfida e tenazmente, foram estes serviços acusados de despesismo, desorganização e ingovernabilidade, levando inexoravelmente, ao seu encerramento.

O prejuízo, com décadas de encerramentos, adivinhava-se e confirmou-se. Sofreram as populações, sobretudo das áreas geográficas limítrofes, por inerência mais desfavorecidas, e os serviços, mormente aqueles mais diferenciados a jusante, como os serviços de urgência. Em 2023 o serviço de urgência pediátrica, segundo dados da unidade local de saúde Viseu Dão-Lafões, atendeu 16204 crianças com pulseira verde ou azul. Destas, 8827 (55% do total) provinham de concelhos periféricos, sendo que 3350 (21% do total) residia em concelhos ultraperiféricos.

Deveria este encerramento ter sido acompanhado pelo reforço do número de profissionais e meios técnicos nas diferentes unidades de saúde dos cuidados de saúde primários, garantindo maior interdisciplinaridade e assegurando as necessárias respostas em rede. Impunha-se a aposta na autonomia e no desenvolvimento ontogenético dos enfermeiros, cujas diferenciadas competências merecessem aproveitamento e justa compensação.



Não obstante esta realidade, assistimos novamente ao encerramento de serviços na região Dão-Lafões, desta vez, propondo uma solução sem rigor técnico, que visa unicamente, apaziguar a pressão social e o desagrado das populações.

É inaceitável que se pretenda encerrar durante uma parte substancial do dia o serviço de urgência pediátrica da unidade local de saúde Viseu Dão-Lafões, criando como alternativa uma espécie de serviço de atendimento permanente, sem meios, sem recursos e sem profissionais nas unidades de saúde dos cuidados de saúde primários de Viseu.

Então, como agora, repetem-se as mesmas opções e os mesmos erros. Mantém-se os mesmos argumentos e iguais soluções.

Com instrumentos estrategicamente desenvolvidos e instituídos de liberalização das políticas de saúde, impõem uma carga horária acrescida aos enfermeiros destas unidades, enquanto se prepara simultaneamente, um pacote de despedimento de quase setenta profissionais precários.

Neste contexto, exigimos a todos os partidos, nomeadamente BE, PCP, Livre, PS, PSD e PAN que assumam claramente e no imediato o reforço de investimento no Serviço Nacional de Saúde, o que implica uma mudança de políticas de saúde, que promovam o papel central de prestação pública de cuidados de saúde no seio do SNS e extingam todas as opções contrárias à Constituição da República Portuguesa que consagrou uma das mais belas conquistas de Abril, o nosso Serviço Nacional de Saúde.

Viseu
28 de maio de 2024